

ÍNDICE GERAL
ANO 22

	Págs.
<i>Nota do Conselho Redatorial</i>	5
DOUTRINA	
<i>Introdução à teoria da adequação económica da conduta no direito penal económico</i> Ivan Luiz da Silva	9
<i>Dever de acusar ou não acusar do Ministério Público em casos de justificação e desculpa</i>	61
Helena Morão	
<i>Dois modelos de Justiça Restaurativa: a Mediação Penal (adultos) e os Family Group Conferences (menores e jovens adultos)</i> Teresa L. Albuquerque e Sousa Robalo	79
<i>O fundamento da pena criminal: para além da classificação dicotômica das finalidades</i>	175
Marcelo Almeida Ruivo	
<i>O crime de lenocínio entre o moralismo e o paternalismo jurídicos</i> Pedro Soares de Albergaria / Pedro Mendes Lima	201
<i>Algumas questões do atual regime de recursos em processo penal</i> José Manuel Damião da Cunha	261
<i>Reflexões sobre as políticas de drogas</i>	303
Sérgio Salomão Shecaira	
<i>Palavras Prévias</i>	361
José de Faria Costa	

	Págs.
COLÓQUIO COMEMORATIVO DO XV CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL ECONÓMICO E EUROPEU 28-04-2012	
<i>Programa — Direito Penal Económico entre o presente e o futuro: um diálogo entre a doutrina e a praxis</i>	365
<i>A crise financeira de 2008: quatro anos depois</i> Alberto Silva Franco	367
<i>Para uma estratégia de investigação criminal na criminalidade económica e financeira</i>	399
José Mouraz Lopes	
<i>As especificidades do crime económico</i>	411
Manuel Gonçalves	
<i>A Erosão da Fundamentação do Discurso Punitivo em Matéria de Impostos Entre a Violência e a Barbárie</i>	441
João da Costa Andrade	
<i>A lei austríaca sobre a responsabilidade criminal das pessoas colectivas</i>	465
Manuel José Miranda Pedro	
<i>Punibilidade vs. impunidade de "pessoas colectivas públicas": a regra, a excepção e os equívocos — um episódio da tensão entre o "Público" e o "Privado"</i>	477
Jorge dos Reis Bravo	
<i>Responsabilidade criminal de entes colectivos contextos regulatórios — Especificidade e limites</i>	505
Luís Filipe Caldas	
<i>O Direito Penal Económico entre o passado, o presente e o futuro</i>	521
Jorge de Figueiredo Dias	
<i>A primeira «Parte Geral» na história do Direito Penal Português: a Introdução ao Livro V das Ordenações de João Tomás de Negreiros (1754)</i>	551
Frederico de Lacerda da Costa Pinto	
<i>Da relevância da vontade do visado na extradição passiva e na execução do mandado de detenção europeu: a solução portuguesa</i>	581
António Miguel Veiga	

	Págs.
<i>A intervenção do administrador da insolvência no processo penal em representação e defesa da pessoa colectiva insolvente e arguida</i>	633
Ana Mexia	
JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA	
<i>Erros máximos admissíveis: a problemática da prova no crime de condução de veículo em estado de embriaguez</i> <i>Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27 de outubro de 2009</i>	131
Solange Jesus	
<i>Tutela judicial efectiva na execução da pena privativa da liberdade — Impugnabilidade pelo recluso da aplicação do regime de segurança</i> <i>Anotação ao acórdão do Tribunal Constitucional n.º 20/2012</i>	321
Inês Horta Pinto	
<i>Efeito-à-distância das proibições de prova e declarações confessórias — o acórdão n.º 198/2004 do Tribunal Constitucional e o argumento "the cat is out of the bag"</i>	689
Helena Morão	